



Cruzando o Campo de Batalha: Escolas Cívico-Militares Sob a Lente do Racismo Estrutural

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira¹,

Heriverto Nunes Mendonça Júnior²,

Kelly Almeida de Oliveira³,

Maria do Carmo Alves da Cruz⁴,

Allysony Martha Meireles Ayres⁵

¹Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. ² Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. ³ Universidade Federal do Maranhão, Codó, Maranhão, Brasil. ⁴ Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. ⁵ Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. *Jhonatan Wendell Tavares Ferreira autor para correspondência. E-mail: jhonatan.wtf@discente.ufma.br

RESUMO. Em meio ao progresso rumo à igualdade e justiça social, o debate sobre o racismo e suas ramificações é imprescindível, especialmente no contexto das Escolas Cívico-Militares, onde a disciplina é um pilar no ensino-aprendizagem. Este artigo visa investigar dois incidentes relacionados a questões raciais nessas escolas, ocorridos em 2022, um no Distrito Federal e outro na Bahia, amplamente divulgados pelo portal de notícias G1. Adotamos uma abordagem qualitativa embasada nos estudos foucaultianos, as análises revelaram a falta de preparo diante das questões étnico-raciais e os desafios na aplicação da Lei 10.639/03, que determina o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino. Diante disso, trona-se necessário estabelecer um enfoque na formação de gestores/as e docentes para promover uma cultura escolar enraizada na equidade e no respeito, visando combater o racismo de maneira eficaz e construir um ambiente educacional inclusivo e acolhedor para todas/os.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Escolas Cívico-Militares, Estudos Foucaultianos, Lei 10.639/23.

Crossing The Battlefield: Civic-Military Schools Through The Lens Of Structural Racism

ABSTRACT. In the midst of progress towards equality and social justice, the debate on racism and its ramifications is essential, especially in the context of Civic-Military Schools, where discipline is a pillar in teaching and learning. This article aims to investigate two incidents related to racial issues in these schools that took place in 2022, one in the Federal District and the other in Bahia, which were widely publicized on the G1 news portal. We adopted a qualitative approach based on Foucauldian studies, and the analysis revealed a lack of preparation in the face of ethnic-racial issues and the challenges of applying Law 10.639/03, which requires the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in educational institutions. In view of this, it is necessary to establish a focus on training managers and teachers to promote a school culture rooted in equity and respect, with the aim of combating racism effectively and building an inclusive and welcoming educational environment for all.

Keywords: Anti-Racist Education, Civic-Military Schools, Foucauldian Studies, Law 10.639/23.

Atravesando El Campo De Batalla: Escuelas Cívico-Militares Bajo La Lupa Del Racismo Estructural

RESUMEN. En medio de los avances hacia la igualdad y la justicia social, el debate sobre el racismo y sus ramificaciones es esencial, especialmente en el contexto de las Escuelas Cívico-Militares, donde la disciplina es un pilar en la enseñanza y el aprendizaje. Este artículo tiene como objetivo investigar dos incidentes relacionados con cuestiones raciales en estas escuelas que tuvieron lugar en 2022, uno en el Distrito Federal y el otro en Bahía, que fueron ampliamente difundidos en el portal de noticias G1. Adoptamos un enfoque cualitativo basado en estudios foucaultianos, y los análisis revelaron la falta de preparación frente a las cuestiones étnico-raciales y los desafíos de la aplicación de la Ley 10.639/03, que exige la enseñanza de la Historia y la Cultura Afrobrasileñas en las instituciones de enseñanza. En vista de ello, es necesario centrarse en la formación de gestores y profesores para promover una cultura escolar arraigada en la equidad y el respeto,

con el objetivo de combatir eficazmente el racismo y construir un entorno educativo inclusivo y acogedor para todos.

Palabras clave: Educación Antirracista, Escuelas Cívico-Militares, Estudios Foucaultianos, Ley 10.639/23.

Introdução - No *Front* do Combate

[...] E esse país vai deixando todo mundo preto. E o cabelo esticado. Mas mesmo assim ainda guarda o direito. De algum antepassado da cor. Brigar sutilmente por respeito. Brigar bravamente por respeito. Brigar por justiça e por respeito (pode acreditar). [...] A carne mais barata do mercado é a carne negra. (Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano?). Negra, negra. Carne negra. É mano, pode acreditar. A carne negra. (Elza Soares. [2002]. A Carne [Letra]. IN Do Cócix até o Pescoço. Compositores: Seu Jorge / Marcelo Yuka / Ulisses Cappelette. Gravadora: Maianga. Faixa 6.)

No âmbito educacional, a discussão sobre o “racismo estrutural” (Almeida, 2018) adquire uma dimensão crucial, já que são nas instituições de ensino que os alicerces dos valores, perspectivas e visões de mundo são consolidadas. Um exemplo notável dessa dinâmica reside na promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, obrigando a inclusão do ensino da cultura e memória afro-brasileira e dão outras providências, aspectos de profunda relevância na construção cultural do país. Essa construção cultural se depara com a complexidade da identidade brasileira, pois, apesar de se situar como uma nação negra no coração da América Latina, também enfrenta a persistência do racismo.

Neste contexto, a escola tem a responsabilidade de implementar estratégias que promovam relações étnico-raciais saudáveis entre pessoas de diferentes origens, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral. Segundo um recente estudo da Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), intitulado “Percepções sobre o racismo no Brasil” e conduzido em 2023, o Brasil é identificado como um país onde o racismo está presente. Os resultados deste relatório revelam que, entre as/os 2.000 brasileiras/os entrevistadas/os, 36% relataram ter tido experiências com indivíduos racistas, enquanto 12% afirmaram que seus familiares possuem comportamentos racistas. Além disso, 11% das pessoas entrevistadas admitiram ter praticado atos discriminatórios em algum momento.

O Brasil, situado como uma nação de destaque na América Latina, apresenta uma dicotomia complexa entre sua rica herança afro-brasileira e a persistência de práticas racistas arraigadas. Essa disparidade é evidente, especialmente considerando que, conforme dados do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua de 2022, 56,1% da população se autodeclara como pretos ou pardos (Brasil, 2023).

O ambiente escolar é um microcosmo que reflete os valores e as atitudes da sociedade em que está inserido. No contexto das Escolas Cívico-Militares, onde a disciplina e a hierarquia são enfatizadas, surge a necessidade de investigar a presença e a natureza das ocorrências ligadas às questões étnico-raciais. Em meio a essa estrutura, que ocorrências relacionadas às questões étnico-raciais aconteceram em Escolas Cívico-Militares? como se manifestam as situações relacionadas ao racismo estrutural? Qual é o impacto dessas ocorrências nas/os estudantes, no clima escolar e na formação cidadã?

Desse modo, buscamos contribuir com a efetivação de uma educação antirracista e do ensino da história e cultura afro-brasileira, por meio de duas reportagens retiradas do Portal de notícias G1, sobre o ambiente escolar militar, onde foram identificadas posturas inadmissíveis na educação contemporânea. Essas posturas estão em desacordo com as diretrizes curriculares nacionais para a promoção das relações ético-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

De acordo com informações provenientes de duas reportagens, no ano de 2022, do site G1, intitulada “Aluna de colégio militar na Bahia diz ter sido impedida de entrar na instituição por causa de cabelo crespo: ‘Mandou eu alisar’”¹ e a outra intitulada “MP investiga policial militar que ameaçou aluno de escola pública do DF”², foi abordado o tema das relações étnico-raciais no ambiente escolar militar.

Na primeira reportagem, destaca-se o aspecto do incidente em que uma estudante de uma escola cívico-militar vinculada ao sistema da Polícia Militar foi impedida de entrar na instituição devido ao seu cabelo crespo, ilustrando questões relevantes das dinâmicas raciais no contexto educacional. Na segunda reportagem, destaca-se uma investigação do Ministério Público em andamento que envolve um policial militar que ameaçou um estudante de uma escola cívico-militar no Distrito Federal. O incidente ocorreu após manifestações por parte de estudantes em

¹ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/06/aluna-de-colegio-do-sistema-da-pm-relata-ter-sido-impedida-de-entrar-na-instituicao-por-causa-de-cabelo-crespo-mandou-eu-alisar.ghtml>.

² <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/09/ministerio-publico-investiga-policial-militar-que-ameacou-aluno-de-escola-publica-do-df.ghtml>.

frente à escola, motivadas pela exoneração da vice-diretora civil, que liderava iniciativas sobre questões raciais na semana da Consciência Negra. Isso reforça a importância de levar em conta as diretrizes curriculares nacionais para o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Percebemos com os acontecimentos das reportagens citadas uma visão mais focada e sensível sobre o racismo estrutural, assunto que faz parte da construção da história não contada da formação do povo brasileiro. Os referidos eventos que serão citados nessa pesquisa nos atravessam não somente como intelectuais e pesquisadoras/es, mas sobretudo, enquanto pessoas negras.

Assim, o artigo está organizado da seguinte maneira: inicia-se com esta introdução cujo destaque está na importância na discussão sobre equidade racial. A segunda seção intitulada Metodologia – Táticas Teórico-Metodológicas apresenta de forma detalhada a metodologia utilizada na pesquisa, incluindo coleta e análise de dados, bem como abordagens teóricas para compreender as questões étnico-raciais. Na sequência, na seção Do Passado ao Presente: Desbravando o Cenário do Confronto, apresentamos um resumo histórico dos colégios militares e escolas cívico-militares no Brasil, explorando mudanças, desafios e transformações ao longo do tempo. Logo após, a seção Missões Analíticas: Explorando os Terrenos, realizamos a análise de casos específicos de racismo e ocorrências étnico-raciais nas escolas cívico-militares. Abordamos as causas, impactos e reações institucionais e sociais, com reflexão sobre suas implicações na educação e na sociedade. Fechamos o texto com a seção Considerações Finais - Forjando um Futuro Justo: Cultivando a Esperança na Luta Contra o Racismo, em que sintetizamos os resultados da pesquisa e reforçamos a importância da conscientização e ação contra o racismo estrutural nas escolas cívico-militares, além da discussão sobre implicações para políticas públicas, mudanças educacionais e futuras pesquisas, finalizando com um apelo à reflexão e ao engajamento contínuo em prol de um ambiente escolar inclusivo e igualitário.

Metodologia - Táticas Teórico-Metodológicas

A articulação de ideias e reflexões presentes nesta pesquisa é ancorada em teóricos renomados como Foucault (1997; 2017); Fanon (2008); Hooks (2005; 2013); Davis (2016) entre outras/os, cujas obras se apresentam como referências primordiais para a compreensão aprofundada do impacto psicossocial do racismo, relações de poder, e suas manifestações no contexto escolar. O diálogo estabelecido com essas perspectivas teóricas oferece um arcabouço conceitual sólido para explorar os matizes complexos das interações raciais e suas implicações na dinâmica educacional.

Para tanto, a metodologia adotada neste estudo é de cunho qualitativo. As análises realizadas possuem uma natureza descritiva-interpretativa, sendo apresentadas através de um formato textual dissertativo. Empregamos a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiuzzi, 2016) para a análise dos dados obtidos nas entrevistas. O embasamento teórico deste estudo se constrói a partir de uma gama de conceitos e contribuições de autoras/es relevantes no âmbito da educação antirracista e dos estudos críticos sobre raça e etnia.

Do Passado ao Presente: Desbravando o Cenário Do Confronto

"Bota a mão pra trás, você. Tô falando sério. Tu não é machão? Lá em cima tu não é machão? No meio dos outros tu não é machão?" (narrativa do policial)

No contexto do conflito entre Brasil e Paraguai em meados de 1864 a 1870 (Guerra do Paraguai), ocorrido entre o Paraguai e a coalizão conhecida como Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, Luís Alves de Lima e Silva popularmente conhecido por Duque de Caxias, uma figura emblemática da história militar brasileira, assumiu o comando do Exército brasileiro. Entretanto, à medida que a guerra progredia, ele percebeu um declínio preocupante no moral das tropas, o que afetava adversamente o desempenho dos militares em combate. A situação era caracterizada por um sentimento geral de desânimo entre os soldados, o que levou Caxias a empreender uma análise aprofundada das causas subjacentes (Pirassinunga, 1958).

Nesse cenário, prevalecia um clima de incerteza e apreensão que não estava ligado apenas à violência dos embates diários ou às trágicas imagens dos corpos espalhados nos campos de batalha. Ao invés disso, a principal fonte de desmotivação estava enraizada na incerteza do futuro das famílias dos soldados, especialmente no caso de morte em combate. Era essa perspectiva de abandono e vulnerabilidade que minava o espírito combativo das tropas e prejudicava sua dedicação à causa (Carra, 2014).

Após a retirada de Caxias do comando do Exército e a ascensão do Conde D'Eu durante a Guerra do Paraguai, o desejo de Caxias de criar um Colégio Militar na Corte ganhou destaque. Ele viu na educação uma oportunidade de oferecer apoio e assistência às famílias dos militares, além de garantir uma formação adequada para as futuras gerações. No entanto, suas propostas iniciais encontraram resistência política e não foram aprovadas. Foi somente no final do período imperial que o Conselheiro Tomás Coelho conseguiu, por meio do Decreto nº 10.202, de 09

de março de 1889, concretizar a criação do Imperial Colégio Militar no estado do Rio de Janeiro. Esse marco representou um ponto crucial na história dos Colégios Militares no Brasil (Xavier, 2019). Embora tenha surgido em um momento de transição política e social, o colégio tinha uma proposta educacional que se assemelhava às escolas regulares da época, embora se destacasse pelo seu direcionamento assistencial, voltado para amparar as famílias daqueles que serviam ao país.

Segundo Nogueira (2014) durante a ditadura militar no Brasil, regime instaurando entre os anos de 1964 a 1985, os colégios militares passaram por transformações que refletiram a ideologia e políticas da época. Sob o regime autoritário, essas instituições desempenharam um papel crucial na formação de futuros militares e cidadãos, frequentemente adotando uma abordagem nacionalista e doutrinária.

Caracterizadas por disciplina e hierarquia rígidas, esses colégios refletiam os valores militares e o controle governamental sobre a educação. Os currículos eram influenciados pela ideologia vigente, enfatizando temas como patriotismo, segurança nacional e ordem social, muitas vezes limitando a discussão de perspectivas políticas diversas.

Estes colégios também serviram como locais de preparação para possíveis intervenções militares na vida política. Muitos líderes da ditadura emergiram dessas instituições, evidenciando a interligação entre educação militar e poder político.

A relação entre essas escolas e os direitos humanos frequentemente foi problemática, com relatos de abusos físicos e psicológicos, além da supressão da liberdade de expressão e diversidade de opiniões.

Nesse contexto histórico, o modelo das Escolas Cívico-Militares no Brasil surge como um desdobramento desse legado, combinando elementos da abordagem cívica e militar com o objetivo de promover a disciplina, o civismo e a excelência acadêmica entre estudantes, buscando moldar uma educação estruturada e comprometida com o desenvolvimento integral das pessoas envolvidas.

Este modelo de escola ganhou projeção em nosso sistema educacional, especialmente durante os anos 2019 a 2021. Nesse intervalo de tempo, o presidente do país, então em exercício, estava convicto de que tal abordagem educacional possuía o potencial de atuar como solução para os desafios educacionais da nação. Durante essa época, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi implantado, através do Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, como uma iniciativa governamental que buscava incorporar aspectos da cultura cívica e da disciplina militar no ambiente de aprendizagem. Com o PECIM, as escolas públicas foram transformadas em instituições que promovem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também valores cívicos, éticos e de responsabilidade. A presença de militares na gestão escolar e a adoção de práticas de disciplina mais rigorosas foram características marcantes desse programa. O PECIM reflete a busca por uma abordagem diferenciada na educação pública brasileira, desencadeando debates e reflexões sobre os caminhos a serem seguidos na busca por um ensino de qualidade.

Essa iniciativa tem como base a colaboração entre as forças militares e o corpo docente civil, buscando criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral da/o discente. Em sua essência, o modelo de escolas cívico-militares tem sido implementado como uma alternativa ao sistema tradicional de ensino, especialmente em regiões onde a violência, a indisciplina e o baixo desempenho escolar são problemas recorrentes. A abordagem busca resgatar valores de respeito, responsabilidade, hierarquia e patriotismo, alinhados com princípios éticos e morais, como base para a formação das/os estudantes.

No âmbito acadêmico, estas escolas buscam manter padrões elevados de excelência e rigor curricular, enfatizando o ensino das disciplinas fundamentais, como Matemática, Português, Ciências e História. O corpo docente é selecionado criteriosamente e recebe treinamento especializado, mesclando docentes civis qualificados com militares, que trazem suas experiências disciplinares e de liderança para dentro da sala de aula (Oliveira, 2016).

Um dos pilares fundamentais desse modelo é a disciplina, que é reforçada por meio de rotinas estruturadas, uniformes escolares, regimentos e normas internas rígidas de comportamento (Oliveira, 2016). O corpo estudantil é incentivado a respeitar a hierarquia, seguindo uma cadeia de comando que envolve tanto a equipe docente quanto militares presentes na instituição. Dessa forma, busca-se criar um ambiente seguro e organizado que propicie um foco mais concentrado nos estudos e no aprendizado.

Essas características os aproximam dos colégios militares (CMs) do Exército Brasileiro. Há diversas semelhanças entre os dois tipos de colégios: o “uso da farda”; a composição em fileiras em vários momentos (diariamente ao entrar nas salas, para prestar honras aos símbolos patrióticos); a formação de tropas escolares; “a continência” às autoridades e cargos superiores; as patentes que dividem os alunos [...] Entretanto, a semelhança entre as Escolas Cívico-Militares e os CMs vão muito além do que salta aos olhos. Existe uma matriz comum que forma a base de seus sistemas de ensino: é a predominância da hierarquia e da disciplina seguindo os princípios, as normas e as regras do Exército. Podemos observá-lo na proposta pedagógica apresentada pelo CM (Oliveira, 2016, p. 46).

O modelo desses colégios também enfatiza a participação ativa da família no processo educacional, promovendo uma comunicação mais estreita entre a escola, família e discente. Essa parceria tem o objetivo de fortalecer a formação integral, incentivando seu envolvimento em atividades extracurriculares, eventos cívicos e programas de cidadania, reforçando o sentido de pertencimento à comunidade.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é um indicador criado pelo Governo Federal do Brasil com o objetivo de avaliar a qualidade da educação nas escolas públicas e privadas do país. Instituído em 2007, na sua última edição, no ano de 2021, das 10 melhores escolas do ensino médio cinco foram escolas cívico-militares (Escola Preparatória de Cadetes Do Ar em Minas Gerais; Colégio Tiradentes Ijuí no Rio Grande do Sul; Colégio Tiradentes Passo Fundo Rio Grande do Sul; Colégio Militar de Fortaleza no Ceará; Colégio Tiradentes Santa Maria no Rio Grande do Sul) (Brasil, 2021).

Um dos inúmeros problemas que a fita métrica³ do IDEB não consegue abarcar em suas avaliações é o racismo estrutural que está emaranhado nos corredores das escolas, sobretudo, em escolas cívico-militares que apresentam uma complexidade que vai para além das manifestações individuais de preconceito. Ele se fundamenta em sistemas, normas e valores arraigados ao longo do tempo, permeando todas as esferas da instituição e moldando a experiência de estudantes de diferentes origens étnicas. A rigidez presente nesses ambientes de aprendizagem pode fortalecer e perpetuar padrões discriminatórios, dificultando a implementação da Lei nº 10.639/2003 de uma educação antirracista.

Em muitos casos, a disciplina e a hierarquia nas Escolas Cívico-Militares são construídas sobre uma cultura institucional que tem raízes históricas nas desigualdades raciais do passado. Esse cenário reforça a segregação racial ao impor padrões culturais hegemônicos e eurocêtricos como norma, enquanto marginaliza e desvaloriza aspectos da cultura e identidade negra.

O estatuto interno destas escolas cívico-militares ilustra um exemplo, no qual meninos são obrigados a manter os cabelos curtos, rentes ao couro cabeludo, enquanto meninas são instruídas a prender seus cabelos em coques, com a parte da frente muitas vezes alisada com gel. Isso se torna particularmente problemático quando se considera o contexto das pessoas negras, para quem o cabelo afro representa um elemento crucial de identidade e cultura, indo além de uma simples característica estética para se tornar uma expressão de autoestima, empoderamento e identitária. Isso resulta em uma preocupante uniformização cultural imposta sobre estudantes negras/os, privando-as/os da liberdade de expressar plenamente suas identidades individuais.

Essas regras de corte de cabelo têm como objetivo criar uma aparência uniforme entre os membros das forças militares, reforçar a disciplina e a identidade corporativa e facilitar os padrões de higiene e segurança exigidos na vida militar.

A cultura do militarismo em escolas, com sua ênfase na obediência/ordem, disciplina e hierarquia, pode criar um ambiente onde a voz de estudantes negras/os é silenciada ou subjugada, tornando ainda mais desafiador o enfrentamento de situações de discriminação racial. Esse contexto muitas vezes impede que essas/es estudantes se sintam à vontade para compartilhar suas experiências e vivências, criando um ciclo de invisibilidade e silenciamento que perpetua a marginalização.

Missões Analíticas: Explorando Os Terrenos

Cabelo Black: Desafios na Porta da Escola

"Aí, ele disse assim: 'Seu cabelo está inchado, e você precisa alisar mais ele'." (narrativa da estudante)



Fonte: Portal G1 (2022)

³ A expressão "fita métrica" presente no texto está sendo utilizada de forma metafórica e simbólica, não em seu sentido literal. Aqui, ela representa uma medida simbólica do desafio enfrentado pelo sistema educacional em lidar com questões complexas e profundamente arraigadas, como o racismo estrutural.

O primeiro caso analisado aconteceu na cidade de São Sebastião do Passé, na Região Metropolitana de Salvador/BA - Brasil. A cena ocorreu em público, na presença de estudantes e familiares que estavam acompanhando a entrada na escola. A discente chegou e foi barrada pelo inspetor militar, pois segundo ele o cabelo dela não estava dentro dos padrões da escola e deveria ser alisado. Essa situação constrangedora ressaltou a humilhação vivenciada pela estudante devido a sua aparência natural. A resposta dela à situação, através de um áudio enviado à mãe, mostrou o impacto emocional e psicológico dessa experiência traumática.

TABELA 1
Narrativas da entrevista I

Código	Narrativas	Categoria central
E01	<i>"Cheguei lá com os alunos, como todo mundo. E, quando chegou na minha vez, ele [o inspetor] disse: 'Aluna, você não está adequada para este colégio'. Ai, ele disse assim: 'Seu cabelo está inchado, e você precisa alisar mais ele'."</i>	Discriminação Capilar e Normas de Aparência
E02	<i>"Foi hoje, acertei o diabo do meu cabelo e disse que era para eu voltar, porque meu cabelo estava muito folgado, que eu não ia entrar no colégio, não"</i>	Negação da identidade
M01	<i>"Inclusive, ele também relatou que é negro. Eu falei: 'Infelizmente, nos dias de hoje, a gente sofre racismo de pessoas da nossa cor mesmo'. E, por não aceitar ser desse tom de pele, querem expandir a raiva em cima de outras pessoas. É triste ver um negro falando do outro negro"</i>	Racismo Intragrupal
M02	<i>"Sei que está sendo difícil para ela, então está sendo difícil para mim também. Nunca imaginei na minha vida passar por isso"</i>	Impacto Emocional e Familiar do Racismo

E = narrativas da estudante

M = narrativas da mãe

Fonte: Pesquisa Empírica - Elaboração Própria.

Percebemos, em E01, a falta de preparo do inspetor, tendo em vista que o cabelo *black* tem características próprias, o “arquétipo físico” do cabelo da estudante não se enquadra no padrão do “arquétipo estético” eurocentrado da instituição onde aconteceu a supracitada situação (Jung, 2000).

Esse mecanismo de favorecer um determinado tipo de corpo em detrimento de outro, especialmente corpos negros, está em consonância com o conceito discutido por Almeida (2018) sobre o racismo institucional. Esse tipo de racismo se perpetua através do uso de critérios e normas pré-definidas pelas instituições escolares militares, resultando em desvantagens com base na raça.

O cabelo da mulher negra/preta carrega diversos significados sociais, representando luta, resistência e conexão com a sua ancestralidade (Gomes, 2002); pela formação cultural do Brasil e mesmo após duas décadas de existência da Lei nº 10.639/2003, é inaceitável que normas escolares que desrespeitam essa diversidade identitária sejam consideradas adequadas para uma instituição de ensino que busca a formação integral das pessoas. Essa situação se torna inaceitável em um país diverso, onde as manifestações culturais e identitárias merecem ser respeitadas e valorizadas.

O cabelo *black* é um sinal de resistência e empoderamento de vários movimentos sociais negros durante a história da humanidade, ele informa “sobre as origens, pertencimentos a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal” (King, 2015, p.8), infelizmente, ainda identificamos elementos eurocentrados que predominam neste modelo de escola. A desconstrução desse processo é gradual e dolorosa, especialmente para a comunidade de ascendência africana.

Em E02, A estudante expressa sua revolta ao usar o termo "diabo do meu cabelo", rejeitando um elemento corporal e cultural que a identifica. Essa negação surge da rígida "disciplina militar" imposta pelo inspetor, e essa reação é problemática em um ambiente de formação para crianças e adolescentes em construção de identidade. Estes interagem com colegas de diferentes origens e enfrentam uma sociedade educacional que não aceita seus cabelos naturais, negando a história, cultura e formação do povo brasileiro.

Em uma cultura de dominação, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros, “especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que libera a mente e o coração” (Hooks, 2005, p. 8).

A celebração de nossos corpos é uma forma de resistência e libertação, uma maneira de recuperar nossa identidade e humanidade em um mundo que muitas vezes nos marginaliza. No entanto, essa luta libertadora

também é um lembrete doloroso das injustiças que continuam a ser perpetradas contra mulheres e homens negras/os

Ao mesmo tempo, a fala de Hooks (2015) nos instiga a questionar por que essa luta é necessária em primeiro lugar, e como as estruturas sociais e culturais perpetuam a alienação e desvalorização dos corpos negros. Isso nos leva a refletir sobre a importância de desafiar e transformar essas ferramentas de poder dominantes e alienantes e criar uma cultura que verdadeiramente valorize e celebre a diversidade de corpos e identidades.

É complexa a dinâmica psicológica que as pessoas negras frequentemente enfrentam em sociedades marcadas pelo racismo e pela supremacia branca. Fanon (2008), um importante pensador anticolonialista e crítico social, destaca o impacto profundo e debilitante que o racismo pode ter na autoestima e na identidade das pessoas da comunidade negra.

Fanon (2008) evidencia como a busca por aprovação social e o esforço para evitar as classificações raciais negativas podem levar indivíduos negros a adotar comportamentos, aparências e normas culturais mais alinhadas à perspectiva eurocêntrica branca. Ele ressoa essa dinâmica ao afirmar que "no paroxismo da dor, só há uma solução para o infeliz preto: provar sua brancura aos outros e sobretudo a si mesmo" (Fanon, 2008, p. 179). Isso pode envolver desde a adoção de maneirismos e estilos de vida ocidentais até a negação de sua própria herança cultural e identidade étnica.

A mãe reflete a revolta e a indignação (M01), não por menos, em reconhecer corpos pretos como o dela agindo como capitão do mato⁴ em um ambiente escolar que para esta mãe, assim como todas as mães quando mandam suas/seus filhas/filhos para escola, se trataria de um local de amparo e segurança, tanto física quanto psicológica.

A narrativa revela a persistência do racismo internalizado (M 01), onde pessoas negras podem adotar atitudes prejudiciais contra sua própria comunidade em busca de validação e aceitação em uma sociedade que tende a valorizar os padrões brancos dominantes. A busca por afastar-se das categorizações negativas e obter aprovação social pode levar a um ciclo de rejeição de sua própria identidade (Davis, 2016), resultando em uma espécie de "opressão entre iguais".

A declaração M02 reflete uma análise crítica sobre o impacto do racismo na escola. A conexão emocional entre mãe e filha ressalta como essas experiências afetam não apenas a vítima direta, mas também suas famílias. A surpresa expressa pelo fato de vivenciar o racismo reforça a urgência de abordar e combater a discriminação nas instituições educacionais.

Entre a Linha Tênu do Corpo Negro e a Identidade Estudantil

"Aqui parece que nós é um bando de bandido, não é aluno não, eles trata nós não é como aluno não, é como bandido que eles tratam nós" (narrativa do aluno)

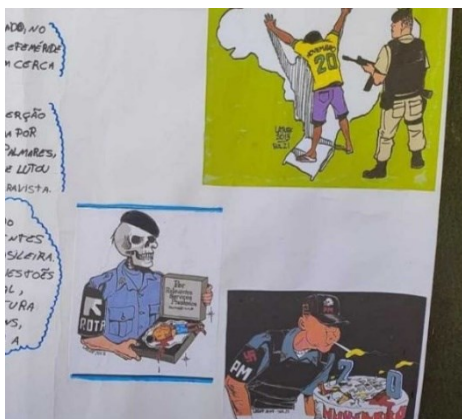


Fonte: Portal G1 (2022)

Vamos explorar o caso que ocorreu em Brasília, a capital do Brasil, situada no Distrito Federal, casa da Presidência da República, bem como o Ministério da Educação em sua localização atual. Após uma manifestação feita pelas/os estudantes na frente da escola, em virtude do afastamento da vice-diretora, um policial da escola, levou um estudante para dentro de uma sala de aula e ameaçou de agredi-lo. Toda a ação foi filmada pelo estudante. O Ministério Público instaurou investigação para apurar possível abuso de poder dentro da referida escola.

⁴ Foi uma figura, no processo de escravização, responsável por capturar, vigiar e punir pessoas pretas escravizadas.

O fato ocorreu em 2022, na semana da Consciência Negra, pela qual foi mobilizada uma ação na referida escola, prestigiando e enaltecendo o povo negro brasileiro e mostrando também as suas dificuldades. Um grupo de estudantes produziu juntamente com a equipe pedagógica um mural exposto nas imagens abaixo:



Fonte: Portal Correio Braziliense (2022)



Fonte: Portal Correio Braziliense (2022)

A gestão militar, solicitou a imediata retirada dos cartazes. No entanto, na busca por representar, por meio desse mural, não apenas expressões artísticas, mas também reflexões sociais pertinentes ao ambiente escolar, o corpo discente não retirou e o gestor militar, optou, por remover o mural como uma medida de repressão.

Na semana seguinte, a vice-diretora que estava à frente apoiando o movimento, foi exonerada do cargo, na mesma semana do acontecido as/os estudantes organizaram um protesto na frente da escola solicitando a volta da mesma, na ocasião os policiais da escola foram gravados coagindo/ameaçando as/os estudantes, levando-as/os para uma sala reservada dentro da própria escola onde toda a ação foi filmada.

TABELA 2

Narrativas dadas na entrevista II

Código	Narrativas	Categoria central
E01	<i>“Aqui parece que nós é um bando de bandido, não é aluno não, eles trata nós não é como aluno não, é como bandido que eles tratam nós”</i>	Discriminação Racial e Estigmatização no Ambiente Escolar
P01	<i>"Bota a mão pra trás, você. Tô falando sério. Tu não é machão? Lá em cima tu não é machão? No meio dos outros tu não é machão?"</i>	Violência policial contra corpos negros
P02	<i>"Se precisar. Você quer ver? Vem me ameaçar... Eu te arrebento"</i>	
E = Narrativas do estudante		
P = Narrativas do policial		

Fonte: Pesquisa Empírica - Elaboração Própria.

A narrativa E01 evidencia um ambiente escolar que, ao invés de promover educação, segurança e respeito, parece criar um clima de tensão, medo e desconfiança entre estudantes e autoridades presentes. A narrativa reflete um sentimento de discriminação e tratamento desigual, onde ele percebe que a postura das autoridades não condiz com o papel de educadoras/es e protetores, mas sim de tratá-los como suspeitos ou até mesmo criminosos. Isso é alarmante, uma vez que a escola deveria ser um espaço de aprendizado, desenvolvimento pessoal e formação cidadã, onde as/os estudantes se sintam acolhidas/os e respeitadas/os.

A resposta do policial (P02) quando indagado pelo estudante se iria apanhar na escola é igualmente preocupante, demonstrando um uso inadequado de autoridade e intimidação. A ameaça de violência física, ao afirmar que "eu te arrebento", não apenas revela uma abordagem agressiva e desproporcional, mas também sugere uma falta de capacidade de diálogo e resolução pacífica de conflitos por parte das autoridades escolares. Essa atitude é completamente contraproducente em um ambiente educacional, pois não apenas instila medo nas/os estudantes, mas também perpetua um ciclo de hostilidade e desconfiança.

O papel das autoridades na escola, sejam docentes, policiais ou outras/os profissionais, deve ser pautado pelo respeito, empatia e orientação das/os estudantes para uma trajetória positiva de aprendizado. O uso de linguagem violenta, ameaças e tratamento discriminatório contraria esses princípios e contribui para um ambiente tóxico que prejudica tanto o desenvolvimento educacional quanto a formação cidadã de pessoas responsáveis e comprometidas.

É fundamental repensar a presença de policiais nestas escolas e a maneira como interagem com estudantes. A construção de um ambiente seguro e favorável ao aprendizado requer a promoção de um diálogo construtivo, respeito mútuo e o compromisso de cultivar valores de cidadania, igualdade e inclusão. Afinal, a escola é um espaço onde estudantes devem se sentir empoderadas/os, respeitadas/os e incentivadas/os a se tornarem agentes de mudança positiva em suas vidas e comunidades.

A narrativa do policial da escola revela uma abordagem preocupante e desrespeitosa em relação ao corpo do estudante negro envolvido em um protesto legítimo. Ao confrontar o estudante com frases desafiadoras e questionamentos acusatórios, o policial parece mais interessado em desafiar a postura do estudante do que em entender suas preocupações. Além disso, a linguagem autoritária utilizada pelo policial para ordenar ao estudante que "*bote a mão pra trás*" reflete uma dinâmica de autoridade/poder e controle (Foucault, 1997), que pode ser intimidante e opressiva para o estudante e que é muito comum em abordagens policiais à pessoas negras.

Essa atitude reflete uma falta de sensibilidade para a diversidade de opiniões e a importância do diálogo no ambiente escolar. A abordagem do policial não apenas compromete a liberdade de expressão, mas também perpetua a ideia de que a segurança está acima do respeito e compreensão das vozes das/os estudantes. O uso de termos associados à aplicação da lei em um contexto educacional é inquietante e mostra uma desconexão entre a abordagem de força e o ambiente escolar, que deveria priorizar o conhecimento, compreensão e respeito mútuo.

A situação em que a vice-diretora foi punida e exonerada por apoiar o movimento do corpo estudantil na criação dos murais revela uma dinâmica de controle e poder que ecoa os conceitos discutidos por Foucault (1997), em sua obra "*Vigiar e Punir*", ao explorar como as instituições de poder utilizam métodos de vigilância e punição para manter a conformidade social e exercer autoridade sobre os indivíduos. Nesse contexto, a ação de punir a diretora por apoiar a expressão das/dos discentes nos murais pode ser analisada à luz dessas ideias.

Importa ressaltar, também, que esta mesma escola já foi palco de inúmeros embates entre a gestão militar e a equipe pedagógica civil desde a militarização da mesma, no ano de 2019. Uma das primeiras ações após a militarização, da gestão militar, foi apagar a imagem de Nelson Mandela, principal ativista mundial da igualdade racial, em um muro pintado na escola.

A militarização de uma escola e, especialmente, as ações tomadas pela gestão militar logo após sua assunção, incluindo a remoção da imagem de Nelson Mandela de um mural pintado pelas/os estudantes, levanta sérias preocupações e questões sobre a natureza do ambiente educacional, os valores promovidos e a participação da comunidade escolar.



Rosto de Nelson Mandela grafitado no
CED 1 da Estrutural — **Fonte:** Portal G1

A decisão de apagar a imagem de Nelson Mandela, um ícone global na luta pela igualdade racial e pelos direitos humanos, pode ser interpretada como um reflexo de uma mudança de foco e prioridades na escola. Isso pode levantar questões sobre a inclusão de conteúdos e figuras representativas da diversidade racial e cultural, bem como sobre a compreensão e o respeito pela história e lutas de diferentes grupos sociais.

Além disso, essa ação pode sinalizar uma possível falta de sensibilidade e empatia por parte da gestão militar em relação à importância da representatividade e da educação inclusiva. A escola precisa ser um espaço onde estudantes também tenham a oportunidade de aprender sobre figuras históricas inspiradoras, como Nelson Mandela, que desafiaram a opressão e contribuíram para a promoção de valores fundamentais, como a justiça social e a igualdade.

A militarização de uma escola pode ter implicações mais amplas, incluindo a ênfase na disciplina rígida e na hierarquia, o que pode afetar a liberdade de expressão e o pensamento crítico das/os estudantes. Ao apagar a imagem de Nelson Mandela, um símbolo de resistência e perseverança, a escola pode inadvertidamente transmitir uma mensagem de supressão de vozes e ideias que não se encaixam em uma determinada ideologia.

Essa abordagem ressoa com as discussões foucaultianas sobre o exercício do poder, nas quais o poder é entendido como uma força que não apenas controla e domina, mas também molda e disciplina os indivíduos e as instituições que se encontram fora da ordem (Foucault 2017; 1997).

O fora da ordem, mencionado no contexto dessa intervenção militar, pode ser entendido como uma referência aquilo que não se enquadra nas convenções preestabelecidas ou que desafia o status quo. Sob a lente foucaultiana, essa atitude pode ser considerada como uma maneira de reprimir vozes dissidentes ou perspectivas alternativas que ameaçam minar a estrutura de poder estabelecida.

Os corpos políticos neste contexto dos protestos (Safater, 2015), dentro da escola, são mais do que meros corpos protestando; eles se tornam agentes de mudança ao visibilizar insatisfações e reivindicações dentro do sistema educacional. Esses corpos desafiam a autoridade estabelecida, reconfigurando as dinâmicas de poder na estrutura escolar. Desta forma, corpos negros também são corpos políticos, emergindo como atores conscientes capazes de desestabilizar narrativas hegemônicas. O protesto transcende o físico, ganhando dimensões políticas e afirmando a cidadania e participação.

Considerações Finais - Forjando um Futuro Justo: Cultivando A Esperança Na Luta Contra O Racismo

“Sei que está sendo difícil para ela, então está sendo difícil para mim também. [...]” (narrativa da mãe da estudante)

É essencial que as escolas cívico-militares atuem na desconstrução do racismo estrutural, revisando suas normas e regulamentos internos para garantir que não haja práticas discriminatórias em vigor. Além disso, é fundamental que essas instituições invistam em programas de formação e sensibilização para suas/seus docentes e sobretudo à equipe gestora, capacitando-as/os a lidar com questões raciais de maneira empática e inclusiva.

A complexidade do racismo estrutural nestas escolas demanda uma abordagem abrangente e comprometida com a justiça social. Somente com ações concretas e transformadoras será possível promover uma educação verdadeiramente antirracista nessas instituições, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária, diversa e respeitosa com todas as suas cores e origens. É preciso compreender que o combate ao racismo não apenas fortalece o tecido social interno dessas instituições, mas também contribui para a construção de uma sociedade plural, justa e harmoniosa.

Assim sendo, partindo de uma perspectiva pós-crítica, é fundamental reconhecer que o racismo não se restringe a ações individuais, mas é enraizado em estruturas históricas e culturais que perpetuam a marginalização de grupos étnicos e raciais minoritários. Dessa forma, uma abordagem educacional antirracista não deve limitar-se ao enfrentamento de episódios isolados de discriminação, mas sim, promover uma mudança estrutural que permeie todas as dimensões do ambiente escolar militar.

A construção de uma educação antirracista em escolas cívico-militares envolve, portanto, a reavaliação de práticas pedagógicas, currículos e a formação da equipe gestora e docente, além do estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para que as vozes e experiências de todas/os as/os estudantes sejam valorizadas. Buscar soluções para esse desafio não apenas tornará estas escolas mais inclusivas e justas, mas também as preparará para lidar com as demandas de uma sociedade plural e diversa.

A Lei nº 10639/2003 foi implementada em 9 de janeiro de 2003, incluindo a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira no currículo oficiais das escolas. Como uma lei com duas décadas em vigor no Brasil, em que subte-se que já deveria ter atravessado todo o ambiente escolar, ainda encontramos retrocessos e algumas ressalvas nas escolas?

Diante dessas considerações, este artigo se propôs a contribuir para a reflexão sobre o tema, incentivando a adoção de políticas educacionais mais inclusivas e antirracistas em escolas militares. Ao reconhecer que a transformação social começa nas salas de aula, é imprescindível que essas instituições de ensino desempenhem um papel ativo na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma convivência respeitosa e igualitária entre todas/os as/os discentes, independentemente de suas origens étnico-raciais. A educação antirracista nas escolas militares é uma oportunidade não apenas de cultivar consciência para a cidadania, mas também de construir um futuro mais justo e promissor para toda a nação.

Para promover uma mudança efetiva, é necessário quebrar essas estruturas arraigadas de racismo, reconhecendo e enfrentando as disparidades raciais presentes no cotidiano das escolas cívico-militares. Uma educação antirracista busca criar um ambiente inclusivo e seguro, onde estudantes possam desenvolver-se plenamente, sem serem prejudicados por preconceitos ou estereótipos. Isso requer a implementação de políticas e práticas que promovam a diversidade, valorizem a cultura negra e incentivem o respeito mútuo entre estudantes, equipe pedagógica e gestora.

Este artigo analisou dois casos isolados, porém, permanece evidente a possibilidade de existirem numerosos outros incidentes racistas que não são levados ao escrutínio da justiça. Esses casos muitas vezes permanecem

silenciados/obscurecidos, especialmente quando tais situações estão envoltas pela cortina de fumaça, fortemente presente na cultura educacional das escolas Cívico-militares, chamados: hierarquia, disciplina e ordem.

No entanto, é essencial entender que esses comportamentos não surgem em um vácuo. São produto de um sistema que historicamente tem privilegiado uma visão de mundo eurocêntrica e branca, enquanto marginaliza outras identidades culturais e étnicas. As entrevistas ressaltam a necessidade urgente de dismantlar as estruturas de poder e de promover uma educação antirracista que desafie esses padrões prejudiciais, reafirmando a importância de celebrar a diversidade e construir solidariedade dentro das próprias comunidades oprimidas. A par dessas informações, as implementações de políticas institucionais inclusivas desempenham um papel crucial ao criar uma base sólida para a edificação de espaços educacionais verdadeiramente igualitários e justos. Fica o desafio.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2018). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Brasil. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua. <https://static.poder360.com.br/2023/08/PNAD-2o-TRIMESTRE-2023.pdf>
- Brasil. (2021). IDEB 2021 e Projeções para o BRASIL. <http://portalideb.inep.gov.br/>
- Carra, P. R. A. (2014). Baleiros e baleiras no velho casarão: co-educação ou escola mista no Colégio Militar de Porto Alegre? (Tese de Doutorado). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Correio Braziliense. (2022). Mural de escola militarizada mostra PMs como racistas e gera polêmica. Correio Braziliense. <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/11/4966177-mural-de-escola-militarizada-mostra-pms-como-racistas-e-gera-polemica.html>
- Davis, A. Y. (2016). Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. (1. ed.) São Paulo, SP: Boitempo.
- Decreto nº 10.202/1989, 9 de março. Diário Oficial da União. Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>
- Fanon, F. (2008) Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA.
- Figueira, K. C. N. (2011). Forças Armadas e Educação: Colégio Militar de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (1993-2010). (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Foucault, M. (1997). Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, (16ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2017). Microfísica do poder; tradução de Roberto Machado. (5ª ed.) Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- G1. (2022). Aluna de colégio do sistema da PM relata ter sido impedida de entrar na instituição por causa de cabelo crespo: 'Mandou eu alisar'. G1. <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/06/aluna-de-colegio-do-sistema-da-pm-relata-ter-sido-impedida-de-entrar-na-instituicao-por-cao-de-cabelo-crespo-mandou-eu-alisar.ghtml>
- G1. (2022). Ministério Público investiga policial militar que ameaçou aluno de escola pública do DF. G1. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/09/ministerio-publico-investiga-policial-militar-que-ameacou-aluno-de-escola-publica-do-df.ghtml>
- Gomes, N. L. (2002) Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hooks, B. (2005). Alisando o nosso cabelo. – Union de escritores y artista de Cuba, Tradução Lia Maria dos Santos, Revista Gazeta de Cuba. 1-8. https://reaju.files.wordpress.com/2018/07/bell_hooks_alisando_nosso_cabelo.pdf

- Hooks, B. (2013). Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.
- Jorge, S., Yuka, M., Cappelette, U. (2002) A Carne (Gravado por E. Soares). In Do Cóccix até o Pescoço, Meio de gravação: CD. Maianga.
- Jung, C.G. (2000). Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo. Petrópolis, RJ: Vozes.
- King, A. M. (2015) Os cabelos como fruto do que brota de nossas cabeças. Geledés Instituto da Mulher Negra. <https://www.geledes.org.br/os-cabelos-como-fruto-do-quebrota-de-nossas-cabecas>
- Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro. Diário Oficial da União. Altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/03, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs
- Lei nº 11.645/08, 10 de março. Diário Oficial da União. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm
- Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro. Diário Oficial da União, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm
- Morais, R.; Galianzi, M. C. (2016) Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, 12(1). DOI: 10.1590/S1516-73132006000100009
- Nascimento, J. C. (2016) Entre o Civil e o Militar: Conflitos e tensões na história do Colégio Brigadeiro Newton Braga (1996 – 2010). (Tese de doutorado). Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.
- Nogueira, J. G. (2014) Educação Militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul.
- Oliveira, L. S. de C. (2016) A educação Sitiada: policiamento e polícia em uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pirassinunga, A. S. (1958). O Ensino Militar no Brasil. Rio de Janeiro: RJ: Bibliex.
- Ricci, R. (2018) A militarização das escolas públicas. *Le Monde Brasil Diplomatie*, Edição 134. <https://diplomatie.org.br/edicao/edicao-134/>

Submissão: março 03, 2024

Aceite: junho 08, 2024